

2 A PROLE DE CAIM E OS DESCENDENTES DE CAM SOB O OLHAR DO EUROPEU²

A escravidão moderna, alicerce da colonização do Novo Mundo e do capitalismo mercantilista, configurou-se como um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva do capital. Embora com diferenças estruturais e com uma astúcia inovadora já que se sustentou em três elementos indispensáveis, o fator racial, o caráter hereditário e vitalício, o escravismo moderno, reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do sistema escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como “coisa”, equiparado às bestas.

Nesse contexto, a expansão ultramarina portuguesa tem um papel fundamental no revigoramento da escravidão nos séculos XIV e XV. O tráfico foi fundamental para o funcionamento da empresa escravista portuguesa, que de acordo com estudos recentes³, teria sido responsável por um total de 40% do contingente importado para a América. A costa da África Ocidental, genericamente chamada de Guiné, entre os séculos XV e XVI, passou a ser objeto da ação portuguesa a partir da tomada de Ceuta aos mouros, em 1415. Foram então obtidas informações mais precisas sobre as terras do Alto Níger e do Senegal, onde acreditava estar o “ouro da Guiné”, que na realidade era o ouro do Sudão, que gerava no europeu, um grande sonho de conquista dessa região.

Tudo indica que, por volta de 1442, os portugueses conseguem um grande êxito nesse seu propósito, em que não mais dependeriam de comerciantes berberes ou muçulmanos. A caravela superava o camelo, porém junto ao ouro, outro tipo de mercadoria se sobressai: a dos escravos. Um casal é capturado pelos portugueses e, no mesmo ano, no mesmo lugar, Nuno Tristão captura dez indivíduos: homens, mulheres e crianças. Começava a partir dessas primeiras experiências, o comércio de escravos, que se tornou fundamental para o financiamento dos custos das expedições organizadas pelo infante D. Henrique, o Navegador. Inicialmente, os escravos provinham de ataques diretos dos portugueses às aldeias do litoral saariano e da região senegalesa. Após os primeiros contatos com as populações da

² O título dado a esse trabalho, bem como o título do presente capítulo, fazem referência a dois dos personagens bíblicos mais utilizados para definir onde estaria a origem dos africanos e a “maldição” que os mesmos carregavam, conforme o imaginário europeu desde a antiguidade e que se consolida sobretudo, no mundo medieval e será reproduzido de forma à justificar a retomada do sistema escravista no Mundo Moderno.

³ Destaco aqui os estudos feitos pela historiografia inglesa que se dedicou a tentar se aproximar dos números referentes ao tráfico atlântico de escravos, com destaque para o brasileiro Leslie Bethell, apesar de outro historiador inglês ter afirmado que “a real dimensão do tráfico negreiro talvez jamais será conhecida pela grande dificuldade em se pesquisar sobre o tema”. (HENIGE, 1987, p. 295).

Senegâmbia e da Alta Guiné, montou-se o esquema de comércio que iria perdurar durante toda a época do tráfico para a América.

Para legitimar tal prática, era fundamental a chancela da Igreja Católica, que por meio de um beneplácito papal, fez com que essa instituição, se colocasse ao lado do Islão, como outra religião envolvida na legitimação do tráfico negreiro. Esse mesmo Islão, pioneiro na prática do comércio de negros, também se tornaria por meio de seus letrados e sábios os primeiros a debaterem a legitimidade do tráfico. Debates que nos estados cristãos, católicos como Portugal, Espanha e França, ou protestantes como a Inglaterra e Dinamarca, em um primeiro momento, praticamente não existiu, já que a religião foi invocada inicialmente para legitimar a escravidão dos negros, sem qualquer contestação.

O que explica essa inicial inércia diante da escravidão, era a visão bem antiga de que ela era uma consequência do pecado, portanto, se a prática direta do comércio de africanos só veio a se concretizar em meados do século XV e início do século XVI, a doutrina que defendia tal prática era bem antiga, com raízes no mundo antigo e aprofundada sobretudo, em escritos medievais, além de estar presente na visão de vários pensadores cristãos, que viam a existência da mesma, como algo que poderia ser justificado pelo livro sagrado dos cristãos.

Mas essa doutrina era eminentemente ambígua e devia levar a uma “dupla utilização da Bíblia para justificar por um lado a escravidão em geral e o tráfico em particular, e para combater por outro lado”. O que domina tanto no Antigo como no Novo Testamento, é um reconhecimento explícito da escravidão, assim com frequentes convites à obediência e à resignação dos escravos e a um tratamento justo por parte dos senhores. As Epístolas dos Apóstolos, que evocam com muita frequência a questão da escravidão, são a este respeito, de uma eloquência brutal (M'BOKOLO, 2011, p. 373).

2.1 OS FILHOS DE CAM NA VISÃO DO MEDIEVO

A visão cosmológica do medievo foi totalmente influenciada pela maneira lógica grega de olhar o Outro e de explicar as diferenças que foram observadas. A imagem da África construída ao longo de todo o período terá um enorme peso na legitimação e conquista desse continente. Visões que desqualificam, preconceituosas irão definir o enquadramento dos negros no mundo ocidental, o continente africano era um lugar carente de civilização e essas

imagens irão modelar a atitude do europeu com relação ao africano, sobretudo no período posterior às grandes navegações. Por isso, mesmo que o imaginário construído sobre os africanos no período tenha sido marcado pela influência das significações⁴, comuns a gregos e romanos, o conceito de África construída durante os séculos de estagnação fronteiriça da Europa, fizeram-se acompanhar de grande originalidade. A visão sobre o outro, a surpresa com o diferente, ganhará no mundo medieval novos ares, por conta, sobretudo, da influência da cristandade na formação desse olhar.

Se o eixo condutor das relações entre os africanos e os Outros (europeus e árabes) parece ter sido, novamente, o estranhamento, as explicações ou justificativas para elucidar as origens do principal signo da alteridade africana – a cor negra da pele de suas populações – divisaram novas dimensões. Para além dos limites entre a civilização e a barbárie, e entre a condição geográfica e a condição humana, seriam agora visualizadas novas linhas limítrofes inter-relacionais, vinculadas à localização/diferenciação entre o sagrado e o profano, entre o divino e o diabólico e entre o humano e o espiritual (OLIVA, 2007, p. 47).

A significação da África e dos africanos presentes no mundo medieval, teria então suas origens nos testemunhos que são provenientes de vários geógrafos e viajantes da Antiguidade. Nos mapas e nos mesmos relatos, percebe-se de forma clara, que desconheciam a totalidade daquele território. Gregos e romanos limitaram-se a descrever o Norte, focando em histórias fantasiosas, fabulosas e prodigiosas dessa região, já que o deserto do Saara era uma grande barreira para os mercadores e aventureiros ocidentais.

Sendo assim, ocorreu por parte do medievo, uma preocupação em se apropriar desses relatos antigos, para tentar relacioná-los com uma África, construídos com uma visão diferente, mais vinculada àquilo que lhes era próprio e peculiar: a pertença a um mundo cristão. Para isso, uma primeira preocupação foi a de buscar a origem da palavra África, tentando estabelecer alguma correlação com os textos bíblicos, porém, teorias antigas não foram totalmente abandonadas.

⁴ Utilizarei o conceito de “significações”, construído por Raymond William. Partindo do materialismo histórico, Williams dedicou-se a pensar uma teoria materialista da cultura que levasse em conta seu papel social. Por materialismo, entendia ele que os bens culturais são resultados de meios de produção, que são materiais, que concretizam relações sociais complexas envolvendo instituições, convenções e formas. O materialismo cultural tem como meta tornar a história cultural em material. Contudo, para firmar essa nova posição teórica, o materialismo cultural, a primeira tarefa de Williams seria a redefinição, ou o aprofundamento, do termo “cultura” que, a partir dessa perspectiva teórica – materialista –, deve ser entendida “como o sistema de significações mediante o qual necessariamente uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 2011, p.13). Assim, parece claro que, não só o campo das artes, mas as várias atividades de apreensão da realidade dependem de alguma noção de cultura.

No livro *General Estoria*, escrito pelo rei castelhano Alfonso, o Sábio em torno de 1280, há algumas alternativas discordantes quanto ao significado da palavra que deu origem àquele continente. Poderia provir do nome de uma antiga Rainha, mas também era possível que derivasse de africo, nome de um vento característico da região, ou então seria designada Líbia – alusão à rainha Libia, presente na mitologia greco-romana (MACEDO, 2001, p. 3).

Alguns autores cristãos buscaram a origem do nome África no latim, justificando que os romanos a chamavam de *Africorum terra*, ou seja, terra dos *Afri*, no plural e terra de *Afer*, no singular. Afer era um descendente de Abraão. O bispo Isidoro de Sevilha (560-636), foi um dos que buscaram traçar uma origem cristã para o nome da África, em seu livro *Etimologias*, que teve grande circulação na Europa medieval. Sevilha lembra que o nome Líbia, nome mais antigo do continente, era o lugar “onde sopra o vento Libs”, ou que ainda, “*Epafo, filho de Júpiter e fundador de Mênfis, no Egito, teve de sua mulher uma filha chamada Libia*”⁵ (SEVILHA, 2004, p.19). Como outros autores, considerou que o nome poderia estar vinculado a *Aprica* (exposta ao sol) e teria sido o primeiro a fazer a associação entre África e o personagem bíblico, Afer. O cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira (146?-1533), no *Esmeraldo de Situ Orbis*, reafirma a visão de Isidoro de Sevilha para justificar o nome da África: [...] e o nome África afirmou-se ser tomado Afer, filho de Abraão, o qual trazendo grande exército nesta parte e vencendo os habitantes dela, aqueles que depois de a possuíram, Áferos foram chamados e, agora, Africanos: e por causa se crê que toda esta região África é chamada (PEREIRA, 1988, p. 22).

Esse esforço para associar o nome África a narrativas bíblicas nasce de uma concepção da Cristandade que se esse território fosse de fato habitado também pertenceria aos cristãos. Como parte dessa ideia construída pelo pensamento ocidental na Idade Média, surge uma interpretação da divisão do mundo, que de acordo com vários autores cristãos, estaria tripartido, a Ásia, a Europa e a África. Sendo que a última, havia sido povoado por descendentes de um importante personagem do Antigo Testamento na Bíblia: Noé. D. Pedro de Barcelos, por exemplo, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, relaciona a origem da Espanha com a divisão do mundo entre os filhos de Noé, contemplando “como foi o dilúvio de Noé e como suas as linhagens povoaram o mundo”, além de reafirmar a sua tripartição entre “Ásia, Europa e África”. (CINTRA, 1964, p.8-9). Isidoro de Sevilha e Cosmas Indicopleutes⁶, ainda no século VI, já defendiam essa tese. O autor egípcio em sua conhecida obra *Topographie chrétienne*, afirmava que a terra foi povoada pelos filhos de Noé. Por conta da influência

⁵ A presença de elementos mitológicos e pagãos foi progressivamente abandonada pelos textos medievais, onde aos poucos, irá predominar elementos bíblico-exegéticos.

⁶ Do grego, aquele que viajou à Índia. Nome de um viajante, mercador e mais tarde, eremita, da cidade de Alexandria no Egito. Ficou muito conhecido por sua obra: *Topografia Cristã*, em que predomina uma filosofia de cunho religioso cristão, que o influenciou a descrever o formato da Terra.

de sua obra, essa visão se perpetuou, sendo que ao segundo filho de Noé, teria sido entregue às terras africanas.

No século XIII, estava bem estabelecida a vinculação da África ao seu segundo filho, Cam, tal qual se pode ver no *Speculum historiale*, de Vincent de Beauvais, e na *Opus majus*, de Roger Bacon. A informação persistiu durante longo tempo. Pierre d'Ailly, chanceler da Universidade de Paris no princípio do século XV e autor do célebre *Imago mundi*, aventava a hipótese de que, no passado, a África teria se chamado Phutia, palavra derivada de Phut, o filho de Cam (MACEDO, 2001, p. 4).

Na época da expansão portuguesa, o já citado Duarte Pacheco, escrevendo contemporaneamente aos descobrimentos manuelinos, aponta que os antigos não conheciam a quarta parte do mundo que D. Manuel (1469-1521), o *Venturoso*, mandara descobrir, tentando conciliar a nova realidade de mundo desvendada pelas grandes navegações, com os escritos cristãos, referindo-se à distribuição do mundo entre os filhos de Noé:

[...] depois do universal dilúvio e total destruição, do qual, por divino privilégio, o santo Noé e seus filhos escaparam, sendo a terra descoberta das águas e elas recolhidas em seu lugar, por eles e sua geração foi possuindo todo o universo; e por esta causa se diz que Sem, seu primogênito, habitou a parte oriental, e Cam, a parte do meio dia, e Jafé a parte setentrional (PEREIRA, 1988, p. 22).

Essa tradição de tripartição presente no universo medieval ocupava espaço nas reflexões teológicas e exegéticas, como a conhecida divisão das três ordens do bispo Aldaberrão⁷, e exaustivamente estudado por Georges Duby, no seu clássico: *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Essa analogia entre a divisão da sociedade estamental e a trindade cristã, influenciarão também a ideia da divisão do mundo em três partes e na associação que era feita com os três filhos do famoso construtor da arca. Nesse sentido, os oratores (sacerdotes) eram associados a Sem, os bellatores (guerreiros) a Jafet e os laboratores (trabalhadores) a Cam. De acordo com Jacques Le Goff, “a cartografia do século XIV reforçava esse imaginário, versando sobre a herança que foi dada a cada um desses filhos” (LE GOFF, 2005, p. 45), ficando para Cam, as terras abaixo do Egito (região infernal), além de a ele se reservar, o papel mais humilhante daquela sociedade. Cam, o filho envolvido no famoso episódio da embriaguez do pai, e a maldição que este lançou sobre os descendentes

⁷ Aldaberrão afirmava: “Tripla é, pois, a casa de Deus que se crê una: em baixo, uns rezam (orant), outros combatem (pugnant), outros ainda trabalham (laborant); os três grupos estão juntos e não suportam ser separados; de forma que sobre a função (officium) de um repousam os trabalhos (opera) dos outros dois, todos por sua vez entreajudando-se.”

dele. Por outro lado, o “abençoado” Sem, ascendente de Abraão, de David e de Cristo, significava na interpretação medieval oficial a supremacia do clero, dos oradores. Os descendentes de Jafet, que devem morar “nas tendas de Sem”, eram os bellatores, e os canaitas que deveriam servir a ambos, os laboratores.

A localização de crenças e a visualização de imagens, livros, conferem um efeito a esses três suplementos da realidade e a seus estereótipos. Vê-se, por exemplo, uma série de cartas “noaquinas”, que figuram a divisão da terra entre os três filhos de Noé. Se Jerusalém é o centro do mundo, o Nilo um dos rios que nasce no Paraíso, conforme algumas crenças exegéticas e, ao sul do Egito, se encontra a terra dos terríveis etíopes, onde se encontra o inferno (MEDEIROS, 1985, p. 9)⁸.

Outra forma de associar as terras africanas à Cam, o filho que zombou da nudez de seu pai, era mostrar que viver nessa região por si só, era uma grande punição. As temperaturas elevadas, o sol escaldante, demonstravam as verdadeiras razões que explicariam a negritude. Os povos africanos eram chamados em toda Europa Ocidental de aethiops – do grego “face queimada”. Alfono, o Sábio, em sua *General estória*, relacionava a cor dos etíopes aos efeitos dos raios solares e aos bafos ardentes do ábrego⁹, “um dos ventos mais quentes que existem” (EL SABIO, *General estoria*, p. 117).

A questão climática teria também pesado na repartição do mundo, ocorrida logo após o episódio da Torre de Babel. De acordo com uma tradição vetero-testamentária e com a crença popular da divisão das terras entre os filhos de Noé. A diferença entre os povos era visível na posição geográfica onde se encontravam e com o tipo de clima que viviam. No conhecido *Libro de las cruces*¹⁰, aparece essa divisão, em que os reinos de Açyn, Índia, Babilônia e Roma, os mais nobres, estariam localizados na parte setentrional do hemisfério e desfrutariam de clima temperado. Mas aqueles povos situados em zona climática muito seca e quente - como os Etíopes - seriam desprovidos de organização, de instituições estáveis, de ciência e de saber, assemelhando-se aos animais:

Mas los que son despos destos, mas adentro et a septemtrion e a oriente, son los ethiopes et los que se tyenen con ellos. Et la

⁸ O referido texto se encontra no prefácio desse clássico livro da historiografia francesa, prefácio escrito por Le Goff. [tradução minha]

⁹ A origem da palavra está no termo latino do Africus Ábrego, que era o nome que antigamente identificava o vento acima mencionada do sul da África; embora possa também ser ligada à do Apricus voz (revestimento). Era chamado de “vento de má reputação” na Espanha, por vir do continente negro e por ser considerado prejudicial à saúde.

¹⁰ *Libro de las cruces*, foi traduzido do árabe possivelmente em 1259 por Yehuda ben Moses. Trata-se da reelaboração de um texto, escrito pela primeira vez no século VIII com a finalidade de divulgar um sistema de previsão astrológica empregado por árabes e berberes em Al-Andalus

gran calentura non se temprá en aquel logar, et parece em ellos, que an su color et sos queros negros et crespos cabellos. Et por esto non se estienden sus espiritos por la grant sequedat et por la grant calentura que los quema, et por esto non an sotil entendemento, ni an sennorio, ni leyes, nin decretos, nin se entremeten de sciencias nin de saberes; et esto es por que son redrados de la egualdat et de la tempradura, et non de deuen contar com las yentes del poblado por que semeian a las bestias en sus mannas¹¹ (EL SABIO, 1961, p. 8).

Percebem-se nessas concepções medievais, elementos desqualificantes e negativos, que mais tarde influenciariam a formação de um pensamento que inferiorizaria o africano. De acordo com essas interpretações teológicas, os africanos eram negros por razões que perpassavam o mundo físico. Duas ideias, nesse caso, são especiais para o entendimento acerca do tema. A primeira é a associação dos africanos à descendência amaldiçoada de Cam. A segunda foi a convergência imaginária de que a ausência de luz (ou seja, as trevas) significaria o lugar do vazio espiritual, onde o diabo teria então se aproveitado. Por isso os homens de pele negra, os africanos, seriam justamente o inverso da moralidade cristã, exemplos humanos do pecado e da maldade, a negritude era sinal dessa imoralidade e perversão. Stenou afirma que:

...tal associação entre característica física e qualidade moral surgiu de uma leitura equivocada dos simbolismos cristãos. Não é a cor negra que deveria representar o mal, mas sim a ausência de luz. Apesar de existir certa imprecisão conceitual, a associação entre a maldade e os africanos passou a ser direta” (STENOUE, 1998, p. 73).

O olhar europeu torna-se negativo em relação ao Outro, um olhar que demoniza homens e mulheres de um mesmo continente. As infernais condições climáticas geravam imperfeições físicas, era fonte do mal, da instabilidade da vida. Essa diabolização estava sempre associada às significações cosmográficas cristãs, que mostram uma visão do hemisfério sul como o lugar do “estragado”, do corrompido, já que nessa região, Satã escolheu para se esconder no ponto final de sua queda. Havia uma tradição teológica de relacionar o negro com perdição e falsidade, enquanto o branco era símbolo de pureza, de perfeição espiritual e da verdade. O senhor das trevas, até o séc. XIV era apresentado como

¹¹ “Depois destes, mais para dentro, ao norte e ao Oriente, estão os Etíopes e os povos próximos a eles. É grande o calor daquele lugar, a ponto de influir em sua aparência, na cor negra de sua pele e nos seus cabelos crespos. Por viverem submetidos a grande seca e calor, não têm o espírito desenvolvido, inteligência, nem senhorio, leis ou decretos. Também ali não se desenvolvem as ciências ou os saberes, devido aos maus efeitos das altas temperaturas. Por isso, estes não devem ser enquadrados entre os povos organizados, uma vez que se assemelham às bestas” [tradução minha].

“etíope negro”, com cabelo encarapinhado, baixa estatura e corpo disforme em que se misturavam traços humanos e anfíbios.

A construção dessas percepções acerca dos africanos foi responsável também por uma série de representações imagéticas que conscientemente associaram a cor negra ao Inferno e à queda moral de indivíduos ou de coletividades inteiras. Podemos identificar, por exemplo, algumas ilustrações no final da Idade Média, nas quais, o diabo e demônios, aparecem pintados de preto “[...] já que, entre os medievais, Satã é chamado de Cavaleiro Negro e de Grande Negro” (SANTOS, 2002, p. 278).

Na Canção de Rolando, do século XI, os sarracenos são descritos como negros, similares aos demônios, à Etiópia é à “terra amaldiçoada”, lugar habitado por “gente preta de grandes narizes e largas orelhas”, cuja pele é mais dura que o ferro e que de branco só tem os dentes (VASSALO, 1998, p. 212). Muito conhecida é uma citação de Marco Polo em seu *Livro das Maravilhas*,¹² publicado no fim do século XIII, que manifestava uma visão parecida quando conheceu os negroides da ilha de Zanzibar, descrevendo-os como gente de boca grande, nariz achatado, lábios e olhos muito salientes e feios, parecida em tudo com o diabo.

Existem nessas visões do imaginário medieval, duas interpretações, uma de fundo espiritual, um negro amaldiçoado, propenso à maldade, sinal vivo do que representa a inversão do bem; e outra, que seria uma união entre físico e sagrado e representa o conceito de que as altas temperaturas, que como já mencionado, seriam também responsáveis pelo escurecimento da pele, daqueles que receberam uma condenação de habitarem os lugares mais ermos do planeta. O inferno é o lugar do calor insuportável, habitado por demônios terríveis, a África era na Terra, a significação mais fiel desse lugar, seres de cor escura, encaixam-se perfeitamente na estigmatização europeia do terror moral, interpretações teológicas lançavam os africanos para os espaços caracterizados pela ausência de luz, moral e fé.

Dessa forma, a fusão da teoria camita com outras concepções teológicas presentes no medievo, fez com que um dos mais preconceituosos elementos do olhar europeu sobre os africanos, representasse uma carga negativa nesse exercício de “ver” o Outro. Ocorreu a satanização de todos os homens e mulheres desse continente, com raízes profundas na história europeia. Parece certo que o “mito” ou associação da figura dos *aethiops* com o demônio teria

¹² O livro é um diário de suas viagens ao longo da Rota da Seda até à China, que ele chama Cathay (norte da China) e Manji (sul da China). Polo ditou o livro a um escritor de romances, Rustichello de Pisa, enquanto estava preso em Génova de 1298-1299. É conhecido ainda pelos títulos de "O Livro das Maravilhas" ou simplesmente "As Viagens", aqui temos como referência uma versão traduzida de 1985.

ocorrido pela primeira vez no Egito dos primeiros séculos do cristianismo (STENOUE, 1998, p. 73).

Chama a atenção também, as significações cartográficas que seguiam um padrão comum, chamado de T/O. Em formato circular, na maioria das vezes, as corografias¹³, apresentavam a Europa, a Ásia e a África distribuídas em forma de T (de terras conhecidas), cercada pelos oceanos (KAPLLER, 1994, pp. 14 e 23). O T representaria também o formato da cruz de Cristo, que uniria através da sua entrega, o mundo material (terra), com o mundo espiritual (céu).

Uma figura ilustra de forma notável a dupla estrutura do espírito medieval, simultaneamente circular e vertical; é a imagem com a qual a terra foi representada na maioria das vezes. Sua frequência e seu aspecto particularmente surpreendente deram origem à expressão “mapas T.O”, com a qual é designada. A terra é um círculo no qual se inscreve o T, representação geométrica dos três mares: o Mediterrâneo, designado pela haste do T; o Helesponto e o “mare indicum”, que compartilha a barra (...). A cruz serve de eixo para a terra, assim como é eixo do mundo a árvore invisível em torno da qual se enrola a espiral da serpente (...) (KAPPLER, 1994, pp. 23-24).

Na imaginação dos ocidentais, os limites geográficos dessa África mística eram muito imprecisos, oscilando entre o continente africano e as “Índias”. Com efeito, na concepção vigente em boa parte da Idade Média, a dimensão espacial das “Índias” era bem maior do que sua configuração real. Segundo Jacques Le Goff, o termo genérico “Índias” dizia respeito ao espaço geográfico da África Oriental até a China, no qual se podiam distinguir três setores: a “Índia Maior” compreendendo toda a Índia histórica; a “Índia Menor” englobando a Costa de Coromandel e as penínsulas do Sudeste Asiático; a “Índia Meridional” englobando a Etiópia e as regiões costeiras do Sudeste Asiático (LE GOFF, 1980, p. 273). Essas limitadas significações cosmográficas, unindo universos diferentes, espiritual e material, espalhava a crença de que a *Aethiopia*, que no final da Idade Média já era conhecida como *Affrica*, seria apenas um pequeno continente ao norte do Equador, ignorando praticamente toda a região subsaariana.

Essa região era habitada ou não? Mas e se forem, como seria a relação desses com o Criador? Um clássico argumento defendido no início da Idade Média por Santo Agostinho, presente na *Cidade de Deus*, que influenciou outros autores medievais que não conseguiam formular outra tese, tentava responder a essas questões. “Nele se diz que a Palavra de Deus foi

¹³ De acordo com a historiadora Isabel Noronha é “a representação em mapa de uma pequena parcela do mundo” (2000, p. 681).

pregada no universo inteiro. Ora, como a zona tórrida é intransponível, essa Palavra não pode chegar até os eventuais ocupantes do hemisfério oposto. Portanto é inadmissível que existam seres humanos nesses lugares pela simples razão de que eles seriam vítimas de uma injustiça monumental, já que não poderiam ser ‘subiecs a leglise de romme’ (submetidos à Igreja de Roma)”. (KAPPLER, 1994, p. 29).

Essas questões que dizem respeito ao problema das significações e do imaginário medieval acerca da África e de seus habitantes, durante a Idade Média, serão utilizadas como imagens elaboradas para subalternizar esse continente e transformá-lo em área periférica do sistema capitalista ocidental. O estigma de inferioridade, as informações fragmentadas e distorcidas, o olhar sobre esse “Outro” humano ou até “semi-humano”, definirão a forma construída na relação da África com o Ocidente, sobretudo no início do processo de expansão ultramarina e das conquistas portuguesas. A coroa e seus funcionários, a Igreja e seus missionários, os aventureiros, os navegadores, os mercadores, o europeu comum de uma forma geral, tinham em sua mentalidade, na sua imaginação, essas representações preconceituosas construídas ao longo desse período. Reduzir o processo de conquista a essa construção simbólica medieval não é historicamente possível, porém, a formação desse imaginário está entre os aspectos fundamentais para se compreender os elementos eurocêntricos e etnocêntricos, que foram exaustivamente utilizados como defesa para legitimar e defender a conquista dos povos não europeus, sobretudo, os africanos.

2.2 LEGITIMAÇÃO DA CONQUISTA PORTUGUESA NA ÁFRICA: OS FILHOS DE CAM SOB O OLHAR DOS PORTUGUESES NO SÉCULO XV

No imaginário Ocidental, as porções da África Oriental foram muitas vezes associadas ao mítico reino do Prestes João – uma porção de terra cristã para além dos territórios dominados por muçulmanos. As Áfricas Atlântica e do Sul, por assim dizer, demoraram muito para aparecer nos relatos europeus. A priori, parece que esse fato se explicaria pela existência de um contato tardio dessa região com a Europa, porém essa perspectiva deve ser esquecida, já que alguns historiadores europeus e africanos provaram que esse contato entre ocidentais com os povos da África subsaariana teria ocorrido, quinze séculos antes do tempo cronológico defendido pelos homens do século XV.

Por isso, esse conceito de “descobrimento da África” só tem sentido a partir da ótica eurocêntrica do final da Idade Média. Claro que as viagens de missionários, navegadores, diplomatas, mercadores e viajantes em geral modificaram de forma acelerada esse contato

entre os europeus com a África, principalmente, Alta Guiné, Senegâmbia e Angola, no entanto é conhecida a origem de boa parte do ouro que circulava nos mercados das cidades italianas e catalãs, que vinham justamente do que ficará conhecido como África Atlântica. “Aí se constituía também um lucrativo tráfico de marfim e escravos. Esse comércio, porém, durante séculos permaneceu como monopólio de muçulmanos e berberes, que se deslocavam sobre camelos, em caravanas através do deserto do Saara. Por meio dos caminhos de areia, o ouro, o marfim e cativos chegavam ao litoral da África do Norte, sendo daí enviados para os centros comerciais do outro lado do Mediterrâneo, em troca dos produtos europeus”. (COSTA E SILVA, 2012, p. 33).

Foram essas notícias de imensuráveis riquezas, trazidas pelos mercadores italianos à costa Ibérica, que irão alimentar os projetos expansionistas dos portugueses durante o século XV. Era necessário descobrir as riquíssimas rotas de marfim, especiarias e ouro. Especiarias exigiam a construção de um caminho para as Índias, enquanto que o ouro poderia ser encontrado em terras africanas, no que ficou conhecido como a Costa do Ouro.

A costa da África Ocidental, que era até então genericamente chamada de Guiné, passou a ser alvo das ações portuguesas a partir da tomada de Ceuta aos mouros, em 1415. Foram então obtidas informações mais minuciosas sobre as terras do Alto Níger e do Senegal, onde se acreditava estar todo esse ouro, conhecido como ouro da Guiné (na verdade ouro do Sudão), objeto de desejo dos europeus, a partir das notícias trazidas pelos mercadores italianos durante a Baixa Idade Média e nas maravilhosas narrativas de viagem do mesmo período.

Existem indicações que por volta de 1442, para se buscar esse ouro, iniciou-se um outro comércio, o de escravos, com vistas a financiar os custos das expedições organizadas por D. Henrique, o Navegador. Inicialmente, os escravos provinham de ataques diretos dos portugueses às aldeias do litoral saariano e da região senegalesa. Após os primeiros contatos com as populações da Senegâmbia e da Alta Guiné montou-se o esquema de comércio que iria perdurar durante toda a época do tráfico para a América. (REIS, 1987, p. 18).

Nesse encontro de civilizações distintas, torna-se fundamental, tentar compreender os ingredientes imaginários que compõem as leituras especificamente dos portugueses sobre a África nesse momento. Não podemos esquecer que essas percepções estavam contaminadas, pelas imagens depreciativas que chegaram do passado – recente e longínquo – e que emergiram de forma contumaz no século XV. Resultantes de estereótipos e simplificações conceituais construídas ao longo da Cristandade e da repetição sistemática de ideias e fatos que eram recorrentemente nas visões sobre a África, essas representam e sintetizam uma

longa história das relações entre os lusos e esse outro africano. As marcas mais evidentes desses olhares são as interpretações entranhadas de desqualificação, pela surpresa diante do considerado “exótico” e acima de tudo, pelo sentimento de superioridade.

Podemos afirmar que, novamente, um imaginário inédito acerca da África foi elaborado fruto da combinação de alguns dos ingredientes chegados da Antiguidade e outros do medievo, já modificados, com os novos temperos formulados no próprio período. Porém, em termos de observação geral, as representações confeccionadas no início da era moderna em nada foram revolucionárias no sentido de reinventar a imagem elaborada sobre os africanos a partir da Europa. (OLIVA, 2008, p. 13).

Nessa aproximação do português com o africano, há um grande esforço para se fundir a imagem do cativo/escravo com a figura do negro/africano no pensamento cristão. Katérina Stenou viu uma manipulação dos textos sagrados do judaísmo e do cristianismo uma forma de legitimar os africanos como escravos, servos ou cativos (STENOUE, 1998, p. 79). A imagem dos gregos e romanos sobre as exóticas condições físicas dos africanos, associada aos textos medievais que evidenciavam o parentesco com Cam, foi fundida para construir no século XV a noção de que Noé teria proferido uma dupla maldição, a condição de servidão e da escuridão de sua pele. A condição “espiritual” e “material” de cativos somente potencializaria os preconceitos e representações negativas sobre os africanos e, de certa forma, a escravidão moderna acabaria por contribuir na construção de novas imagens depreciativas sobre as populações envolvidas pela diáspora causada pelo tráfico (OLIVA, 2008, p. 19). Que papel os textos bíblicos terão nesse processo? Quais textos e passagens bíblicas construiriam esse conceito de pele escura como sinal de maldição?

2.2.1- O pecado de adão

Ao homem, ele disse: "Porque escutaste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te proibira, comer, maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida. Ele produzirá para ti espinhos e cardos, e comerás a erva dos campos. Com o suor de teu rosto comerás teu pão até que retournes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás" (GÊNESIS, 3, 17-19).

Uma das teses mais amplas e difundidas no século XV em Portugal, para justificar o retorno da escravidão, era a origem de uma maldição divina, sendo o trabalho uma

consequência direta do pecado de Adão. O trabalho escravo era o símbolo maior dessa desgraça humana.

Santo Agostinho, como grande elaborador do conceito de pecado original¹⁴, tornou-se também um ardoroso defensor da ideia do trabalho escravo, como castigo e consequência direta desse pecado. O trabalho aumenta, a escravidão consolida-se na medida em que o homem peca; quem se tornar escravo é porque tem que pagar pelos seus erros.

Como resultante dessa concepção, acentuou-se ainda mais o caráter de “inferioridade” do trabalho manual, agora envolto pela “negatividade” do próprio pecado (AZZI, 2004, p. 97).

Colocava-se dessa forma, a escravidão sob um prisma religioso, desvinculada de interesses econômicos e políticos era retirada do controle humano, o que transferia o peso da mesma para uma natureza corrompida pelo pecado, especificamente o pecado do “primeiro homem”.

Um dos grandes defensores dessa tese bíblica foi o jesuíta Jorge Benci¹⁵, que sobre a escravidão afirma:

...é a filha do pecado original de Adão e Eva, sendo graças ao pecado que existe cativo, pois “o gênero humano é livre por natureza”, mas por terem Adão e Eva pecado “grande parte dele a cair na servidão e no cativo, ficando uns senhores e outros servos”, logo se “Adão perseverasse no estado de inocência em que Deus o criou, não haveria no mundo cativo, nem senhorio” (BENCI, 1977, p. 47).

O pecado, pois, foi o que abriu as portas por onde entrou o cativo no mundo (BENCI, 1977, p. 48), este pecado vindo de uma concepção Cristã, surge da revolta do homem contra o Criador, e deste surgem as batalhas dos povos contra povos, isto é, as guerras. E o cativo surge para a preservação da vida daqueles que foram vencidos, ao invés de “banhos de sangue” serem derramados em cada batalha, desta maneira, os vencidos se entregavam aos vencedores, que “ficavam com o domínio e o senhorio perpétuo sobre os

¹⁴ Esta visão de Santo Agostinho aparece como uma resposta ao Maniqueus, que acreditava que Deus é bom e que não habita nele mau algum, porém há um ser existencial que habita na eternidade que atua para fazer este mal. Agostinho assim, vai estabelecer toda uma doutrina do mal e do pecado dizendo que o mal não existe, mas o mal é na verdade a ausência deste bem maior, onde o homem usou de sua liberdade para seguir ao um bem próprio causando com isso o pecado e que este pecado é a soberba.

¹⁵ Jesuíta italiano que chega ao Brasil em Agosto de 1683 e pede para retornar deste, em 1700, é autor da obra “Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos”, esta é formada por sermões que este pregou na Bahia durante o XVII, que são publicados em Roma no ano de 1705 na forma de livro. Sua obra é dividida em uma introdução e quatro discursos, durante todos estes, o jesuíta aborda a escravidão, partindo da premissa, das mútuas obrigações entre senhores e escravos.

vencidos, e os vencidos com a perpétua sujeição e obrigação de servir aos senhores” (BENCI, 1977, p. 47-48).

Utilizando a ideia do “senhorio como filho do pecado”, Benci afirma:

E para atalhar estas culpas e ofensas, que cometem contra Deus os senhores, que não usam do domínio e do senhorio que têm sobre os escravos, com a moderação que pede a razão e a piedade Cristã: tomei por assunto, e por empresa dar à luz a esta obra, a que chamo de Economia Cristã: isto é regra, norma e modelo, por onde se devem governar os senhores cristãos para satisfazerem às suas obrigações de verdadeiros senhores. (BENCI, 1977, p. 49)

A palavra hebraica para pecado, *ebed*, era usada a partir do pecado de Adão, como uma justa punição enviada por Deus. Poderia também estar relacionada com a subordinação total de um indivíduo a outro, da negação de escolha e desejo pessoal. No Antigo Testamento, estava associada à humildade religiosa e à renúncia. Importantes personagens bíblicos, como Abraão, Moisés, Jó e até o rei Davi, foram chamados de escravos do Senhor. Assim, para os hebreus a expiação das consequências do pecado de Adão, ocorreria quando o “escravo mais humilde” passasse a aceitar a ajuda, correção e orientação do seu nobre Senhor.

Moisés usou a mesma palavra para se referir à escravidão de Israel no Egito e, após a libertação, à sua servidão a Jeová¹⁶. Mas essa nova relação era baseada em um acordo voluntário em que ambas as partes prometiam manter sua palavra. Em Isaías, o novo Senhor de Israel explicitamente reconhecia seus filhos como abãdim e prometia Sua proteção. Moisés repetidamente lembrava seu povo de sua primeira escravidão e suas novas obrigações. “E vocês devem se lembrar de que vocês foram servos na terra do Egito”.¹⁷ Assim, a libertação e a missão determinada foram concebidas como uma transferência de dependência dos senhores mundanos despóticos do Senhor, que dava garantia de paz e de abundância no futuro em troca de fé. A promessa de Deus, revelando-se à humanidade através de um povo eleito, foi associada à emancipação da escravidão física e à aceitação voluntária de uma forma superior de serviço (DAVIS, 2001, p. 83).

2.2.2. Os descendentes de Caim

Passado o tempo, Caim apresentou produtos do solo em oferta a Iahweh; Abel, por sua vez, também ofereceu as primícias e a gordura de seu rebanho. Ora, Iahweh agradou-se de Abel e de sua oferta. Mas não se agradou de Caim e de

¹⁶ Êxodo 2,23; 6,6-9; 13,3-4.

¹⁷ Deuteronômio 5,15; 15,5

sua oferenda, e Caim ficou muito irritado e com o rosto abatido. Iahweh disse a Caim: "Por que estás irritado e por que teu rosto está abatido? Se estivesses bem disposto, não levantarias a cabeça? Mas se não estás bem disposto não jaz o pecado à porta, como animal acuado que te espreita; podes acaso dominá-lo?" Entretanto Caim disse a seu irmão Abel: "Saíamos." E, como estavam no campo, Caim se lançou sobre seu irmão Abel e o matou. Iahweh disse a Caim: "Onde está teu irmão Abel?" Ele respondeu: "Não sei. Acaso sou guarda de meu irmão?" Iahweh disse: "Que fizeste! Ouço o sangue de teu irmão, do solo, clamar para mim! Agora, és maldito e expulso do solo fértil que abriu a boca para receber de tua mão o sangue de teu irmão. Ainda que cultives o solo, ele não te dará mais seu produto: serás um fugitivo errante sobre a terra." Então Caim disse a Iahweh: "Minha culpa é muito pesada para suportá-la. Vê! Hoje tu me banes do solo fértil, terei de ocultar-me longe de tua face e serei um errante fugitivo sobre a terra: mas o primeiro que me encontrar me matará!" Iahweh lhe respondeu: "Quem matar Caim será vingado sete vezes." E Iahweh colocou um sinal sobre Caim, a fim de que não fosse morto por quem o encontrasse. Caim se retirou da presença de Iahweh e foi morar na terra de Nod, a leste de Éden. (GÊNESIS, 4, 3-16).

O primeiro filho de Adão e Eva, de acordo com a tradição bíblica, atraiu ao longo da história uma série de lendas em torno de si. A primeira que dizia que na imagem do agricultor Caim movido pela inveja do seu irmão, o pastor Abel, estava a certeza de que para o Deus dos hebreus, o sacrifício animal supera o sacrifício vegetal. Caim é também condenado à vida nômade no deserto de Nod.¹⁸ Caim recebe de Deus um sinal, uma marca na sua pele que o identificava como parte de um clã de nômades. Considerado o primeiro assassino, será tratado pelo autor do livro dos Hebreus, como culpado radicalmente pela falta de fé (Hb 11,4) e chamado de “pai dos hereges”, no livro de Judas, pois os mesmos caminham na senda de Caim (Jd 11).

Os africanos seriam os descendentes de Caim, e, portanto, trazendo ainda na carne o sinal da maldição divina imposta ao primeiro homicida, segundo a narrativa bíblica. De fato, ao amaldiçoar Caim, Deus lhe colocou um signo na carne, para que não fosse morto e vivesse continuamente expiando seu crime. Na tradição popular os negros passaram a ser considerados como raça maldita de Caim, sendo a negritude de sua pele um sinal imposto pelo próprio Deus (AZZI, 2008, p. 98).

¹⁸ De acordo com o Dicionário Bíblico de John L. McKenzie, Nod não representa nenhum nome geográfico conhecido e pode ser formado da palavra “andarilho”, ou da expressão “terra das andanças”.

2.2.3 – Os “legítimos herdeiros” da maldição de Cam

Os filhos de Noé, que saíram da arca, foram Sem, Cam e Jafet; Cam é o pai de Canaã. Esses três foram os filhos de Noé e a partir deles se fez o povoamento de toda a terra. Noé, o cultivador, começou a plantar a vinha. Bebendo vinho, embriagou-se e ficou nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai e advertiu, fora, a seus dois irmãos. Mas Sem e Jafet tomaram o manto, puseram-no sobre os seus próprios ombros e, andando de costas, cobriram a nudez de seu pai; seus rostos estavam voltados para trás e eles não viram a nudez de seu pai. Quando Noé acordou de sua embriaguez, soube o que lhe fizera seu filho mais jovem. E disse: "Maldito seja Canaã! Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos!" E disse também: "Bendito seja Iahweh, o Deus de Sem, e que Canaã seja seu escravo! Que Deus dilate Jafet, que ele habite nas tendas de Sem, e que Canaã seja seu escravo!" (GÊNESIS 9,18-27).

Como Cam, chamado de “filho da promessa”, não poderia ser punido pela sua falha, pois era abençoado por Deus, sua atitude de ter profanado a nudez do pai e ao chamar seus irmãos, Jafet e Sem, para compartilharem de sua visão, acabou atraindo para seu filho Canaã, o destino da servidão. Segundo a passagem bíblica, esse deveria se tornar servo de Sem e Jafet.

Davi Goldemberg analisa que na sequência do texto sagrado, encontramos apenas referências à tarefa de povoar o mundo, delegada às gerações de descendentes dos filhos de Noé (GOLDEMBERG, 2003, p. 168). Sobre a pele de Cam não há nenhum comentário, nem mesmo de Canaã, ou qualquer de seus descendentes. Não se menciona ainda qual teria sido a pena imposta para os filhos de Canaã, ou para os filhos dos filhos de Canaã.

Vários autores do século XV, inspirados ainda pelas marcas de continuidade do imaginário medieval, defendiam que o próprio aspecto físico de Cam, que aparece em várias representações iconográficas como negro, era um sinal externo da maldição divina. Seus descendentes carregariam também a negritude como sinal desse castigo, sendo que parte dessa condenação seria a de viver em uma região de excessivo calor, que contribuía ainda mais para “esturricar” a sua pele, deixando-a com a cor que lembrava trevas. Circulava nos meios eclesiásticos a notícia de um sermão de Santo Ambrósio¹⁹, que teria afirmado que o nome Cam queria dizer Calidus, isto é, calor. Os efeitos da maldição lançada por Noé tiveram, assim, desdobramentos que, no mundo material e imaginário do medievo, lançaram os

¹⁹ O grande propagador desse sermão, mas já no século XVI, foi o jesuíta Alonso de Sandoval, que se tornou um dos grandes ícones da história do sistema escravista no mundo Ibérico, com um discurso legitimador e regulador sobre a escravidão e o tráfico negreiro.

africanos na condição de uma das mais “desprezíveis” criaturas desse mundo, com reflexos muito significativos no século XV, sobre o olhar do português sobre esse Outro.

A filiação dos negros a Cam teve notoriedade nos manuais religiosos cristãos até pelo menos o século XIX²⁰, abrindo um campo muito fértil aos defensores da inferioridade das populações negras. Até bem pouco tempo, as escolas protestantes da África do Sul ensinavam que os negros deviam sua inferioridade aos brancos em razão da maldição de Cam, seu ancestral; ideia também divulgada em certas escolas “fundamentalistas” norte-americanas da década de 1960.

A referência aos descendentes de Noé encontra-se fortemente articulada com a ideia de legitimidade da conquista das terras dos “infiéis”, situadas seja na África, seja na própria península Ibérica. Ao repertório dos motivos apontados pelos cristãos portugueses, foi acrescentando um novo elemento fundamental, o de que os “mouros”, descendentes de Cam, estariam predispostos ao jugo dos descendentes de Sem e Jafet, dado que os textos que influenciavam esse pensamento estavam ligados a uma convicção religiosa, legitimada pelo texto bíblico.

O destino do povo africano, cumprido através dos milênios, depende de um evento único, remoto, mas irreversível: a maldição de Cam, de seu filho Canaã e de todos os seus descendentes. O povo africano será negro e será escravo: eis tudo. A narração da Escritura prossegue dando o elenco das gerações de Cam, Sem e Jafet. "Camitas" seriam os povos escuros da Etiópia, da Arábia do Sul, da Núbia, da Tripolitânia, da Somália (na verdade, os africanos do Velho Testamento) e algumas tribos que habitavam a Palestina antes que os hebreus as conquistassem. Alguns comentadores distinguem dois estratos na redação de Genesis 9, e leem a menção a Canaã ("Maldito seja Canaã") como uma substituição tardia de Cam, operada no texto quando as tribos de Israel conseguiram dominar os cananeus no tempo do rei Davi. As terras de Canaã, "filho de Cam", viriam a ser enfim a pátria do povo judeu; e o fato é que se consumou em plena cultura moderna a explicação do escravismo como resultado de uma culpa exemplarmente punida pelo patriarca salvo do dilúvio para perpetuar a espécie humana (BOSI, 1996, p. 257).

²⁰ No século XIX ocorre uma reinterpretação de Genesis 9, o embranquecimento surge como uma possibilidade empírica e um problema teórico para autores que procuram compreender a capacidade da pele de escurecer ou clarear. Séculos de elaborações conceituais produzem explicações que apostam na influência do clima (quanto mais quente, mais escura a pele), nos efeitos da conversão ou não ao cristianismo (a fé cristã embranquece) e também nas uniões inter-raciais (que, segundo tais argumentos, poderiam ser responsáveis pelo clareamento da pele). Se em outros períodos a religião foi a principal via de explicação para esses fenômenos, o século XVIII e, sobretudo, o XIX vão ampliar o papel da ciência na justificativa para tal assunto. E se em muitas partes (certos países de língua espanhola, por exemplo) se afirmava ser impossível recuperar a brancura perdida, no Império português e no Brasil, o embranquecimento completo se torna aos poucos uma crença arraigada e uma tese que angariava confiança junto à opinião pública e assim fará parte de orações e súplicas dos citados manuais. (GUIMARÃES, 1999, p. 85).

Essa referência ao destino de Cam estava muito presente na teologia católica em Portugal, durante o século XV. Esse mito servirá como uma forma de atenuar o papel dos lusos, frente à retomada da escravidão no Ocidente e na construção de uma justificativa para a realização do tráfico negreiro e como um meio de, por meio da fé, proteger essas populações de uma possível investida do Islão. Teólogos e religiosos em Portugal entendiam que o pecado de Cam era irreversível, os cananeus seriam excluídos da salvação messiânica, como castigo para os seus pecados, enquanto que os “novos hebreus”, os portugueses, receberiam de Deus o direito de escravizá-los (SEBASTIÃO, 2012, p. 109).

Alfredo Bosi cita outras duas passagens ligadas ao “maldito”, quem reforçam essa ideia de um castigo ligado ao trabalho forçado:

O Livro dos Juízes diz que os cananeus foram submetidos à corveia pelas tribos de Israel (Jz 1,29). Josué (17,10) reporta-se ao mesmo fato: "Os cananeus que habitavam Gazer não foram expulsos e permaneceram no meio de Efraim até o dia de hoje, sujeitos a trabalhos forçados". Logo, a origem do triste destino dos cananeus foi a guerra. O narrador de Genesis 9, teria criado um mito etiológico, calcado talvez na tradição do pecado original de Adão, para dar conta da instituição do cativo. O problema continua em pé e cabe aos exegetas a busca de sua solução, tanto mais que os cananeus eram... semitas. (BOSI, 1996, p. 257).

Quando a expansão ultramarina portuguesa resgata a figura do escravo no Ocidente a partir do século XV, essa mancha carregada por todos os africanos está presente no inconsciente do dominador, tornando consciente seus atos em relação a esse Outro. Essa marca maldita ligada à queda e à nudez, esteve presente nos discursos de muitos religiosos que sempre faziam questão de lembrar, que esse pecado não poderia ser apagado nem mesmo pela ação redentora de Cristo, já que estaria em outro tempo, fora da História. Como exemplo, cito o discurso do jesuíta Benci, que em seu sermão proferido aos senhores de engenho, opinava que os escravos deveriam andar todos despidos, visto que a servidão e o cativo tiveram sua origem do ludíbrio que fez Cam, da desnudez de Noé, seu pai. E acrescentava:

Sabido é, que dormindo este Patriarca corri menos decência descoberto, vendo Cam, e escarnecendo desta desnudez a foi publicar logo a seus irmãos; e em castigo deste abominável atrevimento foi amaldiçoado do Pai toda a sua descendência, que no sentir de muitos, a mesma geração dos pretos que nos servem, e aprovando Deus esta maldição, foi condenada à escravidão e cativo (BENCI, 1977, p. 49).

Dessa maneira, havia por parte de teólogos e religiosos portugueses a defesa que, pela escravidão dos negros, dava-se a eles a oportunidade de serem evangelizados e de expiarem os seus pecados, mas, para isso, precisavam se afastar da África, dos seus erros e de suas “tribos” de origem. A escravidão negra torna-se, portanto, mais que justificável. Os negros estão sendo retirados das zonas tórridas, do lugar de habitação do diabo, da terra herdada por Cam, e seus malditos descendentes. A liberdade nesse caso deixa de ser um direito natural. Não seria possível viver em igualdade, pois ela só trouxe prejuízos, devia-se seguir aquilo que defendeu Agostinho, ou seja, devem existir senhores e súditos. Para isso, existiam os herdeiros de Cam, os habitantes da África, para se cumprir no mundo a palavra Divina, “se tornar para seus irmãos, o último dos escravos”. No segundo capítulo o objetivo será colocar Portugal em uma posição de destaque nesse cenário de religiosidade, entendendo a mística que envolve sua história e a história de seus monarcas, na vida, na morte, nas palavras, nos atos e nos gestos, cabendo a essa nação, mais tarde, trazer essa “verdade” bíblica aos africanos.